

**MANUAL DE INVESTIGAÇÃO EM DIREITO
METODOLOGIA DA PREPARAÇÃO DE TESES
E ARTIGOS JURÍDICOS**

AUTOR

Luís Poças

1ª Edição: abril, 2020

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

CAPA: EDIÇÕES ALMEDINA

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Abril, 2022

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



ALMEDINA

GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

POÇAS, Luís

Manual de investigação em direito : metodologia da preparação de
teses e artigos jurídicos. – 2ª ed. – (Fora de colecção)

ISBN 978-989-40-0459-2

CDU 340

*Ao meu filho, Tiago, para que siga com
determinação o caminho das pedras
na procura do conhecimento*

*À minha mulher, Paula,
que incansavelmente tem
prosseguido esse caminho*

NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO

Não obstante a profusão de títulos, disponíveis no mercado editorial, sobre metodologia da investigação científica visando a elaboração de teses e dissertações, os mesmos restringem-se ao universo das ciências sociais empíricas e das ciências exatas, bem distinto das especificidades da ciência jurídica. O presente manual, pensado e escrito em função destas especificidades – e dando precisamente conta das divergências metodológicas que separam a investigação em Direito da de outras áreas do conhecimento – constitui uma exceção ao referido cenário.

Num contexto em que a aprendizagem metodológica dos estudantes e investigadores juristas corresponde a um percurso (em regra, penoso) de experimentação pessoal, assente em processos de tentativa e erro – frequentemente, à custa de um pesado tributo em provas académicas –, este livro pretendeu fornecer regras e orientações metodológicas testadas, consagradas no meio académico do Direito, e resultantes também da experiência e reflexão de quem escreve estas linhas.

O interesse pela metodologia de investigação tem acompanhado o meu percurso académico (da licenciatura em Direito – e, mais tarde, em Sociologia e Planeamento –, até ao doutoramento em Direito), repartindo-se entre a pesquisa no quadro das ciências sociais empíricas e a desenvolvida no âmbito da ciência jurídica, mas beneficiando dessa dupla, contrastante e enriquecedora experiência.

No presente livro recorri, quer a obras teóricas sobre metodologia e outras temáticas pertinentes (mesmo quando focadas em áreas do saber estranhas ao Direito), quer – a título ilustrativo – à transcrição de arguições de provas académicas. Embora estes textos correspondam (na utilização que dos mesmos faço) ao que designo por material empírico, optei por integrar, todos

eles, na mesma lista de bibliografia final. Quanto ao estilo, procurei adotar uma escrita ligeira, ilustrada por exemplos práticos e histórias verídicas, com que espero cativar a atenção e o interesse do leitor.

A primeira edição deste livro foi bafejada por uma ampla recetividade. Com efeito, saída a mesma em 20 de abril de 2000 – em pleno período inicial de confinamento devido ao surto de COVID-19, e inerentemente, de encerramento das livrarias – esgotou-se em cerca de mês e meio. Foi, assim, feita uma reimpressão em junho de 2000 e, esgotada também esta, logo outra em agosto do mesmo ano e outra ainda, de maior tiragem, em janeiro de 2021.

O interesse suscitado por este livro – que, entretanto, veio a integrar a bibliografia recomendada em múltiplas disciplinas de metodologia de cursos pós-graduados – constituiu, assim, um estímulo para o respetivo aperfeiçoamento e desenvolvimento, os quais se traduziram nesta segunda edição, revista e ampliada.

Desde a sua génese, aliás, este texto pretendeu constituir, um *livro vivo*, e não uma obra encerrada. Se os estudos dogmáticos, quando maturados, assumem o formato de textos fechados, que não beneficiam com novos acrescentos, este escrito aspirou a ser um repositório dinâmico de novas leituras, de maiores reflexões e de experiências adicionais, pelo que está vocacionado para acolher revisões críticas, atualizações, desenvolvimentos e aperfeiçoamentos.

A segunda edição mantém, no essencial, a estrutura do texto original. Está organizada numa perspetiva lógica e cronológica, iniciando-se com aspetos mais gerais e de enquadramento, e focando-se depois nas várias etapas do processo de pesquisa e redação do texto científico, sem esquecer vertentes como a da ética da pesquisa e a preparação das próprias provas académicas, e culminando com a eventual publicação do trabalho de investigação. Para maior facilidade de consulta, e para além das remissões internas, contém um índice ideográfico que reencaminha diretamente o leitor para as páginas onde são tratados os tópicos procurados.

Nesta nova edição, para além de pequenos ajustes formais de redação e do incremento de referências bibliográficas, remissões e citações, houve subtemas e tópicos que mereceram uma intervenção mais pronunciada e desenvolvida. Entre eles, destacam-se: (i) a distinção, com base em critérios metodológicos, entre as ciências jurídicas e os outros ramos do conhecimento, classificando o Direito como ciência social, formal, aplicada e normativa; (ii) a introdução de um exemplo prático de elaboração do plano do texto, a par-

tir do recurso à construção de um diagrama de teia de aranha e, alternativamente, ao sistema de chavetas; *(iii)* a construção do plano de atividades, com exemplos práticos de elaboração de um cronograma; *(iv)* considerações adicionais sobre a disciplina de trabalho; *(v)* a autonomização de um capítulo (o IX) sobre o conteúdo do texto jurídico, consagrando especial atenção às regras de argumentação, por um lado, e às metodologias específicas de disciplinas confinantes com o Direito e que potenciam a valorização do texto jurídico num quadro de interdisciplinaridade; *(vi)* a autonomização também, pela relevância desta etapa, de um capítulo (o X) sobre a revisão e formatação final do texto; e *(vii)* a adição de um subcapítulo final sobre a apresentação pública dos estudos publicados.

Os meus agradecimentos dirigem-se, como sempre, à minha mulher e ao meu filho. A ambos dedico este livro.

Lisboa, 13 de fevereiro de 2022

LUÍS POÇAS

Ouve muito e fala pouco
Aprende com paciência
Quando souberes que não sabes
Chegaste à melhor ciência¹

¹ Quadra popular. Recolha oral de Maria Tavares, bisavó do autor.

ÍNDICE

NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO	7
I – INTRODUÇÃO	13
I.1 – Dificuldades metodológicas e objetivos deste livro	13
I.2 – Noções-chave e terminologia	17
I.3 – O Direito e as outras ciências	20
<i>I.3.1 – O Direito como ciência</i>	20
<i>I.3.2 – Ciências naturais e sociais</i>	21
<i>I.3.3 – Ciências empíricas e formais</i>	25
<i>I.3.4 – Ciências puras e aplicadas</i>	28
<i>I.3.5 – Ciências factuais e normativas</i>	29
I.4 – Sequência expositiva	31
II – FATORES DE VALORIZAÇÃO DO TEXTO CIENTÍFICO	33
II.1 – A problematização	33
II.2 – O domínio do método jurídico	40
II.3 – A inovação	43
II.4 – A relevância	50
II.5 – A exaustividade	51
II.6 – A fundamentação	55
II.7 – A interdisciplinaridade	56
II.8 – O sentido crítico e a rutura com pré-entendimentos	58
III – A PESQUISA COMO PROCESSO: PLANEAMENTO, INVESTIGAÇÃO E REVISÃO	63
IV – O TEMA	69
IV.1 – A escolha do tema	70

IV.1.1 – <i>Requisitos regulamentares e formais</i>	72
IV.1.2 – <i>A motivação</i>	73
IV.1.3 – <i>O prévio conhecimento do tema</i>	75
IV.1.4 – <i>A exequibilidade</i>	76
IV.1.5 – <i>A pertinência</i>	77
IV.1.6 – <i>A originalidade</i>	80
IV.1.7 – <i>A bibliografia</i>	81
IV.1.8 – <i>A fecundidade</i>	82
IV.2 – <i>Formulação do tema: o título</i>	82
IV.3 – <i>Tipologias de temas jurídicos</i>	87
V – O PLANEAMENTO	91
V.1 – O orientador	91
V.2 – A questão de partida	96
V.3 – Fase exploratória	97
V.4 – O plano do texto	100
V.5 – As fontes: inventário inicial da bibliografia	108
V.6 – O cronograma (plano de atividades)	112
V.7 – A candidatura e o registo do plano da tese	116
V.8 – A disciplina de trabalho e as coordenadas do sucesso	118
VI – A PESQUISA DAS FONTES	127
VI.1 – Da seleção à pesquisa: questões prévias	129
VI.2 – As bibliotecas	132
VI.3 – Organização: fichas bibliográficas e arquivo	136
VI.3.1 – <i>Fichas bibliográficas</i>	137
VI.3.2 – <i>Arquivo de cópias</i>	144
VI.4 – A pesquisa de outras fontes	146
VI.4.1 – <i>A jurisprudência</i>	146
VI.4.2 – <i>A legislação</i>	147
VI.5 – Prioridades e recomendações de leitura	148
VI.6 – Fichas de leitura, fichas temáticas e <i>notas de leitura</i>	152
VI.7 – A reflexão	159
VII – A ESTRUTURA	163
VII.1 – Público-alvo	163
VII.2 – A escrita em três fases: <i>plano, rascunho e revisão</i>	165
VII.3 – Regras gerais sobre a estruturação do texto	169
VII.3.1 – <i>Sequência lógica, unidade e coerência</i>	169
VII.3.2 – <i>Títulos e níveis de títulos</i>	173

VII.4 – Partes da estrutura e respetiva função	178
VII.4.1 – <i>Parte pré-textual</i>	178
VII.4.2 – <i>Parte textual: a introdução</i>	185
VII.4.3 – <i>Cont.: o desenvolvimento</i>	189
VII.4.4 – <i>Cont.: a conclusão</i>	193
VII.4.5 – <i>Parte pós-textual</i>	196
VII.5 – Organização do discurso	201
VII.6 – Exemplo prático de organização de um artigo	211
VII.7 – Tipos de textos científicos: dimensão e grau académico	214
VII.7.1 – <i>Os artigos científicos</i>	215
VII.7.2 – <i>Outros textos de pequena dimensão</i>	220
VII.7.3 – <i>As dissertações</i>	223
VII.7.4 – <i>As teses de doutoramento</i>	224
VIII – A REDAÇÃO: ASPETOS FORMAIS	231
VIII.1 – Generalidades	231
VIII.1.1 – <i>O processo de escrita</i>	231
VIII.1.2 – <i>Dificuldades de escrita</i>	233
VIII.1.3 – <i>A correção</i>	234
VIII.1.4 – <i>O estilo</i>	238
VIII.1.5 – <i>Mancha gráfica</i>	246
VIII.1.6 – <i>Abreviaturas, siglas e acrónimos</i>	249
VIII.2 – Notas de rodapé	251
VIII.3 – Citação e paráfrase	256
VIII.3.1 – <i>Terminologia e função</i>	256
VIII.3.2 – <i>Regras das citações</i>	259
VIII.3.3 – <i>Tradução das citações</i>	268
VIII.4 – Referências bibliográficas em nota de rodapé	273
VIII.4.1 – <i>Aspetos gerais</i>	273
VIII.4.2 – <i>Sistemas de referência</i>	275
VIII.4.3 – <i>Referências de livros (monografias)</i>	281
VIII.4.4 – <i>Referenciação de artigos</i>	287
VIII.4.5 – <i>Outras referências</i>	291
VIII.4.6 – <i>Referenciação de jurisprudência e comentários</i>	292
VIII.4.7 – <i>Referências legais e legislação anotada</i>	294
VIII.4.8 – <i>Referências subsequentes em nota de rodapé</i>	296
VIII.5 – Organização da bibliografia final	298
VIII.6 – Referências internas	306

IX – O CONTEÚDO DO TEXTO	307
IX.1 – Aspectos gerais	307
IX.2 – Regras de argumentação	308
IX.3 – Direito comparado	317
IX.3.1 – <i>Descrição de ordenamentos estrangeiros</i>	317
IX.3.2 – <i>O método comparativo</i>	320
IX.4 – A História do Direito	330
IX.5 – A Antropologia Jurídica	332
IX.6 – A Sociologia do Direito	333
IX.7 – A <i>Law and Economics</i>	336
IX.8 – A Filosofia do Direito	337
X – REVISÃO E FORMATAÇÃO FINAL DO TEXTO	339
XI – A ÉTICA DA INVESTIGAÇÃO	349
XI.1 – Humildade científica	349
XI.2 – O plágio	351
XI.3 – O autoplágio	360
XI.4 – Outros casos: da fraude académica à desonestidade intelectual	364
XII – AS ARGUIÇÕES: CONSELHOS PRÁTICOS	371
XII.1 – Considerações prévias	371
XII.2 – A estrutura e desenrolar das provas	375
XII.3 – Esquema de arguição de uma tese	382
XIII – A PUBLICAÇÃO DO TEXTO	387
XIII.1 – Importância da publicação	387
XIII.2 – Publicação de artigos	390
XIII.3 – Sistema de <i>peer reviewing</i>	392
XIII.4 – A publicação de dissertações e teses	395
XIII.5 – A apresentação pública da obra	398
BIBLIOGRAFIA	401
ÍNDICE IDEOGRÁFICO	413
ÍNDICE	419